

Repositórios institucionais: constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicosⁱ

Joaquim Luís Costa

CERT – Centro de Estudos do Românico e do Território; IPCA / ESG

luisoc@portugalmail.com

Judite A. Gonçalves Freitas

CEPESE/FCT/UP; FCHS/UEP e FCSH/UNL

judisatier@gmail.com; jfreitas@uep.edu.pt

Resumo

O objeto deste artigo é o de contribuir para a compreensão do novo cenário da comunicação científica em Portugal no século XXI e o papel dos repositórios institucionais nesse processo, salientando os principais constrangimentos das práticas de depósito a partir do estudo recente que efetuamos sobre os repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas. Princípios pela problematização do conceito de «repositório» considerando as teses de autor e fechando com a nossa formulação. A análise desenvolve-se em torno de um tópico essencial no estudo das atuais práticas dos repositórios institucionais em acesso aberto, a relação estabelecida entre os produtores de ciência e os «armazéns de conhecimento» e os constrangimentos colocados pela atual forma de organização da ciência nas plataformas. Apontam-se os principais constrangimentos ao autoarquivo, à disponibilização e ao acesso à informação científica em Portugal. Por fim, estima-se o grau de adaptação das ciências humanas e sociais ao uso dos repositórios institucionais.

Palavras-chave: Comunicação científica, Repositório institucional (organização), Acesso livre, Ciência da Informação.

Institutional repositories: constraints on the availability process of scientific content

Abstract

The purpose of this article is to contribute to understanding the new scenario of the scientific communication in Portugal in the 21st century, and the role of the institutional repositories in that process, highlighting the main constraints of the deposit practices from the recent study that we undertook about the institutional repositories of the Portuguese public universities. We start by questioning the concept of «repository» considering the author thesis and end with the formulation of our thesis. The analysis develops around an essential subject in the study of current practices in the open access institutional repositories, the relationship established between the science producers and the «knowledge databases» and the constraints created by the current way of organizing knowledge in the platforms. We point out the constraints to self-archiving, to the availability and access to scientific information in Portugal. Finally, we estimate the degree of adaptation of the human and social sciences to the use of the institutional repositories.

Key-words: Scholarly communication, Institutional repositories (organization), Open Access, Information Science.

Introdução

Nos inícios dos anos 90 a concentração editorial em poucas empresas, associada a uma política de vendas agressiva, provocou um aumento exponencial dos preços dos periódicos científicos. Este aumento, rapidamente, ultrapassou em muito os valores da inflação. No Reino Unido, um país de referência internacional neste âmbito, o valor das publicações periódicas, entre os anos de 1991 e 2001, subiu 158% enquanto a subida da inflação foi de apenas 28% (Simões, 2012, p. 9).

O aumento brusco dos preços das publicações periódicas trouxe consequências negativas para a ciência em geral. A mais visível foi a diminuição ou cancelamento de assinaturas por parte das instituições ao serviço da divulgação científica. Este movimento de contração fomentou a diminuição da visibilidade dos investigadores e a redução do reconhecimento das instituições científicas. Este processo ficou, historicamente, conhecido como a *Crise dos periódicos*, tendo-se revelado pela insuficiência do sistema de comunicação científica. Em paralelo à instalação da *Crise*, no mundo ocidental, começou a despoletar a corrente de opinião que defendia que os resultados da atividade científica, muitas vezes obtidos através de financiamentos estatais, deviam ser públicos e, por conseguinte, não serem apropriados de forma indevida pelos editores (Marcondes e Sayão, 2009, pp. 10-13).

Esta insatisfação constituiu um alerta, mormente para as comunidades académicas e científicas, para procurarem alternativas ao sistema tradicional de comunicação de ciência.

Uma das soluções vislumbradas foi o recurso à disponibilização em *Open Access* de revistas e livros digitais, sobretudo com a criação de repositórios institucionais. Estas plataformas institucionais, desde então, têm visto crescer a aceitação nas instituições de ensino superior de todo o mundo.

Na atualidade, a gestão do conhecimento nas universidades constitui uma questão de importância primacial no contexto de um crescente valor social da informação científica. O movimento do *Open Access* veio proporcionar condições favoráveis ao incremento da criação dos repositórios nos meios académicos, cada vez mais valorizados pelas comunidades científicas, apoiando e tornando mais ampla a divulgação dos resultados das respetivas pesquisas.

Repositórios institucionais: conceito

Tendo em conta que o produtor de ciência sempre aspirou a criar meios que lhe facultassem a possibilidade de reunir e disponibilizar informação, neste artigo principiaremos por analisar o conceito de «repositório».

O conceito em questão não é consensual. As aceções são múltiplas variando de uma noção abrangente e polissémica a um termo mais restrito e confinado. No conjunto vasto das definições de repositório, a maioria delas tem colocado a tónica no conteúdo, nos serviços e nas possibilidades que este meio oferece no processo de transformação do modelo tradicional de divulgação de ciência (Jean *et al.*, 2011, p. 21).

Partindo de uma visão dualista, Coelho (2005, p. 3) considera que um repositório é constituído por documentos primários (artigos, livros, teses), digitalizados ou eletrónicos, permitindo o acesso à distância. Este conceito remete para a ideia de organização composta por serviços e recursos, com os objetivos de organizar e distribuir a informação, conservando a integridade dos documentos digitais.

Por seu turno, Ferreira (2007, p.79) interpreta estas plataformas numa perspetiva tradicionalista, como sendo uma readaptação das antigas bibliografias especializadas, para aumentar a visibilidade e o valor público das universidades.

Batista *et al.* (2007, p.5) defendem uma perspetiva diversa da de Ferreira (2009) ao afirmar que um repositório não pode ser confundido com uma biblioteca digital, onde toda a informação gerada pela instituição é colocada no repositório, incluindo informação de carácter administrativo. Para estes autores, o repositório deve ser a face visível dessa instituição; por conseguinte, apenas o material de qualidade deve ser depositado (artigos publicados em revistas, teses e dissertações defendidas).

Todavia, Dodebei discorda em parte da definição de Batista *et al.* (2007), apresentando uma visão de tendência tradicionalista: os repositórios devem ser encarados como uma biblioteca-arquivo digital. Na opinião da autora, a separação tradicionalmente efetuada entre o Arquivo e a Biblioteca, marcada pela natureza de respetivo acervo não faz grande sentido. Para a autora, a separação histórica entre os arquivos, representantes da memória administrativa da instituição, e as bibliotecas, encaradas como a memória da

produção técnico-científica e cultural da sociedade, num equilíbrio entre a oferta e a procura de informação não é a melhor opção (Dodebei, 2009, p.92).

Se as definições de Coelho (2005), Ferreira (2007) e Dodebei (2009) parecem enraizadas num conceito de repositório com fins de armazenamento de informação em geral, posição contrária tem Kuramoto que, em 2009, defende uma noção semelhante à de Batista *et al.* (2007) ao afirmar que a ideia de repositório, como um armazém estático de informação digital está ultrapassada. Para Kuramoto (2009, p. 203), os repositórios são um sistema de informação que permite maior facilidade de comunicação, colaboração institucional e demais formas de interação dinâmica entre os produtores de informação e os utilizadores.

Haja em vista as distintas concepções, Guimarães, Silva e Noronha (2009, pp.268-269) chegam à conclusão que o conceito em análise ainda se presta à polissemia, contribuindo frequentemente para a indefinição.

Ainda que não exista um conceito unívoco e preciso, verificámos que o princípio orientador da criação destas plataformas está presente em todas as definições; ou seja, o repositório constitui uma ferramenta para disponibilizar, a baixo custo e em acesso livre, a informação científica. Estes atributos constituem as principais vantagens destas plataformas digitais, mormente em ambiente universitário.

A fechar este tópico, damos conta da concepção de repositório institucional por nós elaborada no contexto do estudo que fizemos sobre os repositórios institucionais das universidades portuguesas nas áreas das humanidades e das ciências sociais. No nosso entendimento repositório corresponde a um serviço digital tendencialmente de cariz universitário, estruturado em comunidades institucionais e/ou científicas que traduzem, de forma ponderada, a estrutura organizacional da entidade, aberto à livre participação na disponibilização de documentos primários e de conhecimento científico por parte dos serviços, dos seus autores e demais colaboradores (Costa, 2016, p.344).

Esta definição visa contribuir para uma noção mais rigorosa e abrangente de repositório, tanto mais que, primeiramente, colocamos a tónica na necessidade de se criar com maior rigor a estrutura interna das plataformas, considerando a liberdade de ação dos autores e, finalmente, concebemos uma asserção conciliadora e integradora sobre a documentação que deve ser depositada (Costa, 2016, p.344).

Práticas institucionais: vantagens e constrangimentos

As origens dos repositórios reportam aos países do hemisfério norte, expandindo-se posteriormente para o hemisfério sul. Os EUA lideraram este processo (Costa e Leite, 2009, p.186), sendo neste país que, em 1991, surgiu o ArXiv, o primeiro repositório digital lançado pelo Laboratório Nacional de Los Alamos (Marcondes e Sayão, 2009, p.16).

De acordo com dados do OpenDoar de 2016, os EUA ocupam o primeiro lugar com 470 repositórios, logo seguidos pelo Reino Unido e Japão com 237 e 190 plataformas, respetivamente. O mesmo sítio digital informa que em Portugal existem 48 repositórios (OpenDOAR, 2016).

Neste contexto compreende-se a importância atual dos repositórios institucionais nos países mais desenvolvidos do mundo. Os autores compulsados realçam as vantagens destas plataformas por proporcionarem aos criadores de conhecimento o acesso à produção científica global e permitirem um aumento exponencial da velocidade de disseminação, para além da considerável redução de custos de subscrição. Este conjunto de vantagens revela-se da maior importância na criação de novo conhecimento, para além de, inevitavelmente, se traduzir num aumento do número das citações e, por consequência, do impacto da investigação de autor (Allen, 2005, pp. 15-16).

Por seu lado, Swan e Brown (2005) realçam o aspeto pouco abordado da utilidade das plataformas para os autores que não conseguem colocar os trabalhos científicos num periódico, constituindo os repositórios uma alternativa, pois permitem que os estudos fiquem disponíveis em linha e ao mesmo tempo sejam avaliados cientificamente por pares, por forma a serem melhorados (Swan e Brown, 2005, p.5).

Devemos salientar também que as vantagens da utilização das plataformas digitais são partilhadas igualmente com as instituições científicas. Para Ferreira (2007) e Kuramoto (2009), os repositórios podem servir como indicadores tangíveis, nomeadamente no número das consultas, transferências e citações, da qualidade e relevância científica das atividades de investigação realizadas nas instituições (Ferreira, 2007, p. 79; Kuramoto, 2009, p. 203). Deste modo, os repositórios contribuem para o aumento do prestígio das instituições não apenas em termos científicos, mas também a nível social e económico; circunstância que, de algum modo, irá aumentar a visibilidade e o valor público da instituição (Marques e Maio, 2007, p.5). Esta tese é corroborada por Saraiva *et al.* (2012) quando expõe uma das mais relevantes motivações para a criação de repositórios no nosso país: a vontade das instituições em aumentar a visibilidade pública da produção científica (Saraiva *et al.*, 2012, p. 6).

Finalmente importa referir que, indiretamente, os benefícios são extensíveis aos países. A construção de uma rede de repositórios institucionais, integrando a produção científica nacional, favorece os indicadores essenciais para o financiamento científico de um país, podendo significar uma maior evidência no investimento em ciência (Kuramoto, 2009, p. 203).

Em Portugal, atualmente, os repositórios fazem já parte dos meios científicos, constituindo uma importante ferramenta para a comunicação de ciência. Todas as universidades têm a sua plataforma e procuram através de políticas de mandato e de formas de sensibilização – por exemplo, com ações de divulgação junto dos grupos de interesse –, aumentar o número de documentos disponíveis.

Não obstante o recente esforço que, sabemos, é reconhecido por todos, o volume de materiais armazenados nos repositórios permanece baixo se comparado com o volume total de conhecimento produzido. Segundo Marques e Maio (2007, p. 8), o índice de material científico depositado rondava, em 2007, os 15% do total produzido. Este número ilustra o desfasamento entre o volume de documentos produzidos e o volume dos depositados.

No caso português a proporção é bem menor, cifrando-se em cerca de 10% do total produzido, muito embora se assista, segundo Saraiva *et al.* (2012, p. 5), a um crescimento gradual desde meados da primeira década deste século. Este problema é também

identificado por Rodrigues e Rodrigues (2012, p. 2), quando referem que os repositórios continuam a apresentar níveis de crescimento não condicentes com a produção total de conhecimento científico, pesem embora as políticas de depósito obrigatório que condicionam os autores a considerarem o depósito dos seus trabalhos nas plataformas digitais.

Do nosso ponto de vista, estes indicadores quantitativos evidenciam que os benefícios a retirar do uso dos repositórios estão muito aquém do desejado, e que a imagem tradicional dos inconvenientes associados à disponibilização de materiais científicos nas plataformas ainda tem um peso considerável junto dos autores na altura de considerarem o depósito da produção científica.

De facto, diversas razões têm sido apontadas para os autores não disponibilizarem conhecimento nos repositórios, nomeadamente a falta de proteção dos direitos de autor (Davis e Connolly, 2007, p. 2). Na verdade, existe a possibilidade do depósito nas plataformas interferir com a publicação em revista tradicional que, regra geral, exige a exclusividade e originalidade da publicação (Allen, 2005, p. 50). Entretanto, têm sido dados significativos passos para ultrapassar estes receiosⁱⁱ, se bem que ainda não se tenha chegado a uma situação de equilíbrio entre a ciência produzida e a depositada nos repositórios. Ora isto parece indiciar que os repositórios ainda não são suficientemente persuasivos junto dos produtores de conhecimento. Esta situação leva-nos a considerar outras razões para que os repositórios não sejam utilizados de forma mais regular e afirmativa pelos investigadores.

Do nosso ponto de vista, os motivos principais estão relacionados com questões internas, nomeadamente aquelas que reportam às fases de conceção e desenho das plataformas. Aliás, se considerarmos a literatura especializada, verificamos que muitos autores realçam essa possibilidade, quando aludem à diminuta comunicação entre os criadores das plataformas e as comunidades científicas (Marques e Maio, 2007, p. 8). Deste modo, os estudiosos evocam o escasso envolvimento dos autores e das comunidades produtoras aquando da criação das plataformas.

Seaman (2011) salienta precisamente o facto de, por vezes, as plataformas serem criadas sem que se atendam às necessidades de docentes e investigadores (Seaman, 2011, p. 2). Este autor manifesta-se contra o modo como são criados os repositórios institucionais, procedendo a uma vigorosa crítica ao procedimento dos gestores das plataformas. Seaman (2011), considera que os gestores pensam de maneira errada ao conceberem os repositórios como plataformas onde cabem todas as comunidades científicas. Este mesmo autor justifica este argumento com a análise a que procedeu a 446 repositórios dos EUA. Seaman constatou que uma percentagem considerável deles tem menos de mil registos, o que é manifestamente pouco (Seaman, 2011, p. 3).

Esta presumível falha de colaboração entre entidades – gestores de repositórios e produtores de ciência – condiciona, em boa medida, o sucesso dos repositórios. Porém, do nosso ponto de vista esta não constitui a única dificuldade justificativa do «minguado» depósito de documentos. Consideramos que existem outros fatores que podem desincentivar o depósito de documentos científicos.

Mau grado todos os esforços dos gestores das plataformas institucionais, existem, não raras vezes, lacunas internas na conceção das plataformas que dificultam a difusão das

práticas de depósito institucionais, conforme adiante referiremos. Naturalmente que estas condicionantes impedem o estabelecimento de um equilíbrio entre conhecimento produzido e o disponibilizado nos repositórios.

No estudo que fizemos dos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas nas áreas das humanidades e das ciências sociais, a estratégia metodológica partiu, numa primeira fase, da análise crítica e exploratória, sob o ponto de vista da ótica do utilizador, das plataformas das universidades públicas nacionais, dando especial enfoque à organização dos repositórios, no que concerne à conceção da estrutura interna, à forma de organização das comunidades científicas e à classificação do conhecimento em tipologias documentais (Costa, 2016).

A razão para que a nossa abordagem privilegie os repositórios das universidades públicas radica essencialmente por ter sido nestas universidades que se deram os primeiros passos na implementação das plataformas digitais em Portugal (Costa, 2016, p.135).

Convém esclarecer que este exercício e, em particular os exemplos citados, não pretendem colocar em causa a política interna das instituições, mas antes chamar a atenção para eventuais deficiências que estejam a prejudicar a utilização das plataformas e a visibilidade institucional. Neste quadro, a nossa perspetiva é a da crítica positiva, no sentido de darmos o nosso contributo para a melhoria e aperfeiçoamento da lógica criativa das plataformas.

De um modo geral, um repositório encontra-se estruturado em função das unidades orgânicas e/ou das unidades de investigação de cada instituição. Cada unidade orgânica ou de investigação constitui-se numa comunidade refletida no repositório contendo os respetivos documentos (as coleções). Por sua vez, as comunidades podem dividir-se em sub-comunidades, com as respetivas coleções.

Partindo da análise crítica a que procedemos dos repositórios das universidades públicas nacionais, verificamos que em certos casos, a divisão em comunidades e sub-comunidades, é confusa e bastante complexa. Sirva de exemplo o repositório da Universidade de Lisboa.

Neste repositório, num primeiro nível organizativo, o conhecimento disponível surge enquadrado em comunidades que, por sua vez, são estruturadas em sub-comunidades em função dos diversos centros de estudos da comunidade principal. Por exemplo, uma das sub-comunidades é o *Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa* (Costa, 2016, p.206).

A abordagem torna-se confusa quando, não raras vezes, ao aceder à página da sub-comunidade exposta, esta é classificada como sendo uma comunidade. Para aumentar ainda mais o descuido na arrumação e classificação final, a comunidade ou sub-comunidade em estudo, tem depois sub-comunidades. Este constitui um exemplo claro das dificuldades e constrangimentos colocados ao utilizador quanto à compreensão da estrutura organizativa interna do repositório, podendo, naturalmente, ocasionar dúvidas quanto ao manejo por parte do utilizador (Costa, 2016, p.208).

Ainda ao nível das comunidades e sub-comunidades, uma outra questão que eventualmente poderá ser um fator importante na decisão do autor em disponibilizar ou não

ciência é o excesso de comunidades e sub-comunidades. Este aspeto parece-nos constituir um claro desincentivo à prática de depósito que, podendo ser gerida por autoarquivamento – depósito de conteúdos pelos próprios autores –, pelas dificuldades e obstáculos derivados da escassa clareza na organização e distribuição das comunidades estabelecidas.

O fenómeno da multiplicação das comunidades induz a uma impressão de maior complexidade da plataforma, podendo, nomeadamente para depositantes menos experimentados, constituir um obstáculo ao autoarquivamento, que vislumbram um moroso e complicado processo de depósito de documentos.

Neste âmbito, devemos salientar o caso do repositório RUN, da Universidade Nova de Lisboa, que ocupa a primazia quanto ao fenómeno de multiplicação de comunidades e sub-comunidades. Na verdade, o desmembramento em sub-comunidades das unidades macro (comunidades maiores), constituem um claro exemplo do que acabamos de referir.

Estes dados levam-nos a questionar se a estrutura do RUN é a melhor para disponibilizar e, conseqüentemente, aceder à informação. O utilizador ao entrar na plataforma, ao invés de apreender rapidamente a estrutura temática das comunidades e sub-comunidades, fica desorientado (Costa, 2016, p.183). Desde logo pela imagem de excessiva dispersão e compartimentação do conhecimento. Ora a ciência, e a ciência da informação em particular, tem por fim a organização e classificação da informação e do conhecimento, promovendo o acesso e o uso. Naturalmente que o modelo adotado nesta plataforma afasta-se deste princípio universal.

Paralelamente ao problema analisado, surge outro que tem especialmente a ver com a quantidade de comunidades/sub-comunidades com poucos documentos, até mesmo vazias. Esta situação, estranhamente, é comum à generalidade dos repositórios universitários. Aliás, só em três repositórios (RepositóriUM, Repositório Aberto U.Porto e DigitUMa) é que encontramos documentos em todas as comunidades (Costa, 2016, p.241).

Em situação diametralmente oposta, encontra-se o RUN onde uma parte considerável das sub-comunidades não possuem documentos depositados (37%) (Costa, 2016, p.182). Paralelamente, no repositório da Universidade da Beira Interior, o número total de comunidades vazias e com escasso depósito de documentos representa cerca de 75% do total (Costa, 2016, p.241).

Este tipo de situações pode influenciar negativamente os académicos. Os produtores de ciência, ao acederem ao repositório e verificarem que este tem um escasso ou nulo número de documentos depositados, ficam com a percepção do insucesso da plataforma, um fator que, certamente, desencoraja o depósito individual de documentos.

A par dos condicionalismos analisados, outros há que convém salientar, designadamente a forma de designar as tipologias documentais (coleções). Ao fazer a observação das coleções nas plataformas, verificamos a existência de uma série diversificada de tipologias documentais, muitas vezes idênticas, mas com classificações diferentes.

Exemplo são os artigos. Se na maioria dos repositórios a classificação utilizada é «artigos», noutras plataformas já fazem a divisão entre «artigos», «artigos em periódicos internacionais» e «artigos em periódicos nacionais». Isto é, se temos instituições que colocam todos os artigos numa mesma classificação, em tantas outras a escolha recai na

divisão desta classe tipológica atendendo ao alcance da investigação (se nacional ou internacional) (Costa, 2016, p.154).

Por exemplo, no repositório da Universidade da Madeira, as teses de doutoramento e as dissertações de mestrado estavam, em finais de 2012, na comunidade *Universidade da Madeira*. Pensamos que esta não é a melhor designação para enquadrar as teses e dissertações defendidas na instituição. Num primeiro contato com a plataforma, o utilizador não consegue depreender que encontrará na comunidade citada os documentos defendidos no 2º e 3º ciclo de estudos superiores. A designação *Universidade da Madeira* remete, *a priori*, para documentos institucionais e administrativos (Costa, 2016, p.214).

Deste modo, podemos concluir que a classificação das tipologias usadas nos repositórios varia muito de instituição para instituição, não existindo unidades padrão. Como sabemos, muito embora exista um modelo de tipologias documentais, mormente o publicado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cada instituição universitária tem optado por organizar o conhecimento pelas designações que entende representarem melhor a ciência produzida na instituição (Costa, 2016, p.154). Sucede que esta maneira de agir pode ser suscetível de confundir docentes, investigadores, alunos e utilizadores em geral que buscam informação científica nos diversos repositórios nacionais através da navegação livre pelas comunidades e coleções.

Uma outra questão a equacionar, que merece a nossa melhor atenção, é a da mudança da estrutura física das plataformas. Notamos que certas plataformas modificaram a estrutura que tinham inicialmente, quer ao nível visual quer ao nível organizativo (comunidades e sub-comunidades). Esta mudança, por muito que procure melhorar o acesso à informação, pode ter um efeito contraproducente, sobretudo fomentar a desconfiança sobre a durabilidade do repositório junto dos utilizadores. Adicionalmente, pode conduzir a uma desorientação breve no que respeita ao depósito e procura de informação, uma vez que estavam adaptados a um modelo de visualização e de organização que entretanto foi alterado. Estas situações conduzem, o mais das vezes, a um tempo de adaptação por parte dos académicos na compreensão da «nova» estrutura dos repositórios e, na pior das expetativas, promover o desconforto entre os criadores de ciência e, assim, desincentivar o depósito. Neste quadro encontra-se o DigitUMA, repositório da Universidade da Madeira. Inicialmente este repositório encontrava-se organizado em nove comunidades, sendo estas baseadas maioritariamente na forma de classificar o conhecimento por ramos disciplinares. Contudo, em 2013, a estrutura do DigitUMA foi alterada, aparecendo agora com uma única comunidade – Universidade da Madeira – com as suas respetivas coleções (Costa, 2016, p.213).

Para finalizar, compete-nos adiantar umas breves palavras sobre a meritocracia, um tema que ainda gera bastante controvérsia na atualidade (Silva, Barbosa e Sousa, 2006).

Se existem universidades que deixam ao critério do autor o depósito ou não de conhecimento, outras há onde transparece a ideia, de promoverem políticas de incentivo, ou, até mesmo, impondo aos investigadores o uso das plataformas oferecendo vantagens financeiras para os centros de investigação da universidade. São as chamadas políticas de depósito compulsivo que pretendem assegurar a participação da comunidade de investigadores (Leite, 2009). Deste modo, geram um clima meritocrático, proporcionando

mais incentivos económicos para os centros que mais depositam. Quem analisa de fora esta situação, transparece a ideia de que, por vezes, os repositórios são usados como elemento concorrencial entre pares, na medida em que as universidades competem entre si pelo lugar cimeiro no número de depósitos, transformando as plataformas numa espécie de «espelho concorrencial» entre as instituições.

Conclusões

Conforme adiantámos, uma das principais fragilidades dos repositórios reporta à polissemia concetual que dificulta o estabelecimento de um conceito unívoco e consensual.

Não obstante os repositórios institucionais terem entrado no léxico científico, estas ferramentas de divulgação de conhecimento necessitam de uma definição mais consensual. Pensamos que a indefinição do conceito contagia negativamente a própria criação das plataformas.

De igual modo, consideramos que a estrutura interna de alguns dos repositórios que foram objeto de análise é prolixa e pouco apelativa devido à intrincada forma de organização do conhecimento, dificultando o acesso à informação. A par de instituições que estruturam o repositório num número restrito de comunidades, outras primam pela multiplicação das comunidades e sub-comunidades, elevando o número a mais de duas centenas! Neste contexto, compreende-se o surto de um número assinalável de comunidades que não dispõem de nenhum documento depositado. Este aspeto redundante na necessidade de reformular os procedimentos de construção destas unidades agregadoras de conhecimento científico, tanto mais que o que está em causa é também a imagem institucional.

Para ultrapassar estes constrangimentos é fundamental que os responsáveis pelos repositórios melhorem a estrutura interna das plataformas, tal como exposto na definição que adiantamos; e, de igual modo, fomentem o estabelecimento de um diálogo entre os gestores das plataformas, os produtores de ciência e os bibliotecários quanto à forma de viabilizar a disponibilização dos conteúdos científicos em ambiente digital. Esta medida, pensamos, prevenia a tendência para o excesso de comunidades e sub-comunidades. Neste contexto, sugerimos que seja promovido o estabelecimento da distinção entre comunidade e sub-comunidade, com o fim de evitar incoerências e sobreposições.

De igual modo, seria vantajoso para todos os intervenientes no processo de criação e divulgação de ciência, a uniformização das classificações documentais. Esta forma de agir facilitaria a procura de informação e possibilitaria a comparação de parâmetros bibliométricos entre instituições de forma mais assertiva.

Estas são algumas das propostas de melhoramento dos repositórios, tendo em vista o quadro geral por nós analisado.

Referências bibliográficas

ALLEN, James (2005) – *Interdisciplinary differences in attitudes towards deposit in institutional repositories*. Manchester: Manchester Metropolitan University. Tese de mestrado.

BAPTISTA, Ana Alice [et al.] (2007) – Comunicação científica: o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do Acesso Livre. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia, Ciência da Informação* [Em linha]. Nº Especial (2007), p. 1–17. [Consult. 23 abr. 2014]. Disponível na internet:

<URL:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2007v12nesp1p1/435>>.

COELHO, Carla (2005) – *Um repositório digital para a UPorto: um relatório preliminar* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto. [Consult. 28 abr. 2014]. Disponível na internet:<URL:<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/6701/2/Um%20Repositorio%20Digital%20para%20a%20UPorto%20relatrio%20preliminar.pdf>>.

COSTA, Joaquim Luís Oliveira (2016) – *A comunicação científica das ciências sociais e das humanidades nos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas: estudo comparado*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 433 p. Tese de doutoramento em Ciências da Informação, na especialidade de biblioteconomia e arquivo.

DAVIS, Phillip M.; CONNOLLY, Matthew J. L. (2007) – Institutional Repositories: evaluating the reasons for non-use of Cornell University's Installation of DSpace. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol. 13, nº3–4, p.1082–9873. [Consult. 12 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL: <http://dlib.org/dlib/march07/davis/03davis.html>>. ISSN 1082–9873.

SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO (2003) - *Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades* [Em linha]. Braga: Serviços de Documentação da Universidade do Minho. [Consult. 25 mai. 2015]. Disponível na internet:<URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/>>.

DODEBEI, Vera (2009) – Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA, 2009. p.83–106. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio>. ISBN 978–85–232–0655–0.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto (2007) – Repositório institucional em comunicação: o projeto Reposcom implementado junto à Federação de Bibliotecas Digitais em Ciências da Comunicação. *Ciência da Informação* [Em linha]. Número Especial, p.77–94. [Consult. 14 fev. 2008]. Disponível em www: <URL:<http://www.encontrosbibli.ufsc.br/especial.html>>.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da H.; NORONHA, Ilma Horsth (2009) – RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. p.261–281. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet:<URL:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio>.

JEAN, Beth St. [et al.] (2011) – Unheard voices: institutional repository end-users. *College & Research Libraries* [Em linha]. Vol. 71, nº1, p.21–42. [Consult. 2 mar. 2013]. Disponível na internet: <URL: <http://crl.acrl.org/content/72/1/21.short>>.

KURAMOTO, Hélio (2009) – Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In SAYÃO, L. [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio>. ISBN 978-85-232-0655-0.

Leite, Fernando César Lima (2009) – *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira*, Brasília: IBICT.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando (2009) – Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In SAYÃO, Luis [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio>. ISBN 978-85-232-0655-0.

MARQUES, Amélia Maria Nunes; MAIO, Sílvia Raquel da Silva (2007) – *Repositórios institucionais* [Em linha]. [S.l.]: Scrib. 12 p. [Consult. 11 ago. 2013]. Disponível na internet: <URL:<http://pt.scribd.com/doc/159833744/ArtigoRepositoriosInstitucionais#scribd>>.

OPENDOAR (2016) – *Proportion of repositories by continent – Worldwide* [Em linha]. Nottingham (UK): University of Nottingham. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível na internet: <URL:<http://www.opendoar.org/>>.

OPENDOAR (2016) – *Proportion of repositories by country – Worldwide* [Em linha]. Nottingham (UK): University of Nottingham. [Consult. 11 fev. 2016]. Disponível na internet: <URL:<http://www.opendoar.org/>>.

RODRIGUES, Maria Eduarda; RODRIGUES, António Moitinho (2012) – Indicadores de desempenho: ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, acesso e valor social: actas* [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/304>>.

SARAIVA, Ricardo [et al.] (2012) – Acesso Aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012 – *Integração, acesso e valor social: actas* [Em linha]. [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/476>>.

SAYÃO, Luis [et al.] (2009) – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* [Em linha]. Salvador: EDUFBA. 365 p. [Consult. 2 mai. 2013]. Disponível na internet: <URL:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/.../implantacao_repositorio>. ISBN 978-85-232-0655-0.

SEAMAN, David (2011) – Discovering the information needs of humanists when planning an institutional repository. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol.17, nº3/4 (mar/april). [Consult. 1 ago. 2014]. Disponível na internet: <URL:<http://www.dlib.org/dlib/march11/seaman/03seaman.html>>.

SILVA, J. de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (2006) – *Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.

SIMÕES, Patrícia Alexandra Silva (2012) – *O processo de depósito de conteúdos nos Repositórios Institucionais: o caso do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas* [Em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: FCSH. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Biblioteconomia. [Consult. 2 jan. 2013]. Disponível na internet: <URL: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4999>>.

SWAN, Alma; BROWN, Sheridan (2005) – *Open access self-archiving: an author study* [Em linha]. Cornwall (UK): Key Perspectives Limited. [Consult. 21 mai. 2012]. Disponível na internet: <URL:<http://cogprints.org/4385/>>.

¹ Este texto parte da investigação efetuada, entre 2012 e 2016, no âmbito das atividades desenvolvidas no doutoramento em Ciência da Informação na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, com uma tese subordinado ao título: *A comunicação científica das ciências sociais e das humanidades nos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas. Estudo comparado*.

ⁱⁱ Citemos, por exemplo, a legislação internacional e nacional; as recomendações dos conselhos de reitores ou as estratégias para publicar (via verde, via dourada ou o duplo depósito).